



DIRETÓRIO CENTRAL ESTUDANTIL JOSÉ BRASIL CAMARGO

Avenida Minas Gerais, 5021 – CEP 86.813-250

Nós,

Membros da chapa do diretório central dos estudantes, junto aos interessados na formação do centro acadêmico do curso Ciência da Computação, da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana, reunidos em reunião extraordinária convocada pelo DCE, promulgamos o seguinte:

ESTATUTO DO CENTRO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO UNESPAR - CAMPUS DE APUCARANA.

CAPÍTULO I

DO CENTRO ACADÊMICO - SUA INSTITUIÇÃO E FINS.

Art. 1º O Centro Acadêmico do curso Ciência da Computação, criado em reunião extraordinária convocada pela presidente do DCE, junto aos discentes do curso de Ciência da Computação interessados na criação do Centro Acadêmico, citado no dia 07 de fevereiro de 2022, é o órgão máximo de representação e atividade discente dos(as) Acadêmicos(as) do curso de Ciência da Computação da Universidade Estadual do Paraná, campus de Apucarana.

Art. 2º A Sigla do Centro Acadêmico é CACCOMP

Art. 3º O Centro Acadêmico é uma entidade civil, sem finalidade lucrativa, com autonomia de ação, representada pela gestão em exercício e, na ausência dela, pelo diretório central dos estudantes que é soberano em suas decisões.

Art. 4º O Centro Acadêmico tem sede no campus da instituição, onde consta o curso de Ciência da Computação, situado à Av. Minas Gerais, nº 5021 – CEP 86.813-250, na cidade de Apucarana.

Art 5º O CACCOMP é uma entidade de duração indeterminada.

Art 6º São objetivos do Centro Acadêmico.

I - Representar Legalmente os(as) acadêmicos(as) de Ciência da Computação da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Apucarana nas sessões e reuniões do Colegiado da Universidade;

II - Estimular a realização de atividades de cunho cultural, social e recreativo;

III - Orientar à Categoria Acadêmica nos objetivos e prioridades referentes a profissão de Ciência da Computação.

IV - Representar o curso em Congressos, Simpósios e Eventos que sejam do interesse do CACCOMP e dos(as) estudantes.

V - Lutar pelos direitos, necessidades e quereres dos estudantes do curso Ciência da Computação.

Art. 7º O CACCOMP na concretização de seus objetivos vale-se de três (3) órgãos consecutivos.

I - Assembleia Geral;

II - Conselho dos Representantes de Turma - CRT

III - Gestão.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 8 Assembleia Geral dos(as) Acadêmicos(as) do Curso de Ciência da Computação é o órgão máximo e soberano das decisões do Centro Acadêmico, decisões estas a serem executadas pela gestão do CACCOMP.

Art. 9 A Assembleia Geral quando necessária, será convocada:

I - Oficialmente pela gestão.

II - Por qualquer estudantes devidamente matriculado no curso.

Parágrafo único: A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 72 horas, devendo ser amplamente divulgada em editais para a coordenação do curso, nas salas do curso e em todos os meios digitais disponíveis.

Art. 10 A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação com quórum

mínimo de 50% dos(as) discentes do curso.

Parágrafo único: Caso o quórum não esteja completo, uma segunda convocação é feita 10 minutos após a primeira e a Assembleia realizar-se-á com 5% dos Estudantes do curso.

Art. 11 Em todas as Assembleias deverá ser lavrada uma ata ordinária subscrita pelos(as) acadêmicos(as) presentes no seu término.

Art. 12 Compete à Assembleia Geral

I - Discutir, analisar e aprovar as propostas apresentadas pela gestão ou por qualquer estudante do curso;

II - Tomar decisões de relevância para o curso, propondo modificações estruturais e/ou administrativas.

III - Discutir e deliberar sobre qualquer tema de interesse dos(as) Estudantes

Parágrafo único: Caso a Assembleia tenha por objetivo modificar o estatuto, deverá ser convocada em caráter estatutário, sendo que sua convocação deverá acontecer com antecedência de 120 Horas, seguindo as normas de divulgação já mencionadas. O quórum mínimo para este caso é de 50% mais um.

Art. 13 Qualquer acadêmico(a) regularmente matriculado poderá apresentar propostas à Assembleia Geral. As decisões serão tomadas por consenso geral (aclamação ou, como último instrumento, pelo critério numérico da maioria simples dos(as) presentes)

Art. 14 Qualquer proposição, acatada ou não, será registrada em ata. As propostas acatadas deverão ser implementadas e executadas pela Gestão após a reunião ordinária desta.

Parágrafo único: Se não houver o retorno de alguma posição dentro de 30 dias úteis (após acatada em Assembleia), o(a) requerente poderá apresentar recurso.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO

Art. 16 A gestão é o órgão responsável pela execução das medidas tomadas em assembleia geral sendo composta, **no mínimo**, pelos seguintes membros.

I - Dirigente da Gestão;

II - Vice- Dirigente da Gestão.

Art. 17 A gestão será composta pelas seguintes comissões

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Assuntos Acadêmicos.

III - Comissão de Cultura e Eventos;

IV - Comissão de Tesouraria.

Parágrafo Único: Cada comissão poderá conter até três membros, contabilizando quatorze estudantes à frente da gestão, quando a gestão frente ao CA - centro acadêmico- for formada por uma quantidade inferior a oito membros ou composta apenas pelos dois membros obrigatórios presentes no Art.16, será de responsabilidade da gestão organizar entre si a divisão das comissões.

Art. 18 É responsabilidade da Gestão reunir-se pelo menos uma vez por mês para debater e levantar questões pertinentes aos(às) estudantes e às demandas e verificadas pelo Centro Acadêmico, bem como deliberar sobre o andamento de suas ações, sendo obrigatória a disponibilização da ata-relatório da reunião após 72 horas da reunião ao CRT.

Parágrafo único: O membro que faltar em 2 reuniões consecutivas ou 5 não consecutivas sem justificativa estará passível de desligamento da gestão e sua substituição será conforme mencionado no art. 28.

Art. 19 A gestão reunirá-se uma vez ao mês, sem contar a reunião obrigatória do Art.18, para alinhar os acontecimentos do mês e as pautas dos estudantes e professores, como também para apresentar as possíveis, demandas e opiniões dos alunos do curso Ciência da Computação, fazendo cumprir o ponto V do Art. 6 deste estatuto.

Parágrafo único: Quando a Gestão, sendo frente ao Centro Acadêmico entender descaso por parte das reuniões com a coordenação e colegiado, e que suas demandas estão sendo injustamente desconsideradas, a Gestão entrará em contato com DCE e uma segunda reunião será precedida com apoio do Diretório.

Art. 20 Compete à Comissão executiva:

I - Fazer ou autorizar despesas do Centro Acadêmico;

II - Convocar e/ou oficializar Eleições e Assembleias Gerais;

III - Presidir as reuniões da Gestão e Assembleia Geral;

IV - Assinar as Atas de diretoria e da Assembleia Geral, depois de aprovada;

V - Visar, conjuntamente com a Comissão de Tesouraria, os relatórios e balancetes semestrais e de eventos específicos;

VI - Colaborar com o andamento das demais comissões.

Art. 21 São atribuições da Comissão de Assuntos Acadêmicos:

I - Manter contato com os(as) acadêmicos(as) de Ciência da Computação para repasse de informes das ações do Centro Acadêmico, juntamente com os(as) outros(as) componentes da Gestão;

II - Representar os(as) estudantes nas reuniões de colegiado, departamento e de outras instâncias universitárias;

III - Secretariar as sessões da Assembleia Geral e da Diretoria;

IV - Ser a ponte entre o CACCOMP e as entidades de classe.

Art. 22 São atribuições da Comissão de Cultura e Eventos:

I - Propor e organizar eventos de cunho cultural internos ou externos à Universidade;

II - Representar, quando se fizer necessário, o curso de Ciência da Computação, Campus Apucarana, nos eventos científicos-culturais organizados, prestando auxílio nas funções em que for requisitada.

Art. 23 São atribuições da Comissão de Tesouraria:

I - Exercer o controle e fiscalização sobre os possíveis bens pertencentes ao Centro Acadêmico;

II - Efetuar o pagamento das possíveis despesas mediante a autorização da Gestão;

III - Receber as verbas, subvenções de doações;

IV - Ter sob sua custódia os livros de escrituração mantendo-os em dia;

V - Organizar balancetes e relatórios de Tesouraria remetendo-as aos órgãos competentes

Art. 24 Caso algum dos temas não seja consensual dentro das comissões de trabalho e não houver acordo também dentro da gestão, o tema será discutido em Assembleia

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES.

Art. 25 São delitos da responsabilidade da Comissão Executiva e dos membros da Gestão, sejam eles praticados individual ou coletivamente, os seguintes:

I - Agir, facilitar ou permitir a ação de outrem visando extinção ou debilitação do Centro Acadêmico;

II - Impedir de qualquer forma o exercício da competência de qualquer de seus órgãos;

III - Violar qualquer direito dos(as) discentes enumerados neste Estatuto;

IV - Movimentar fundos e bens do CACCOMP em benefício próprio;

V - Proceder de forma incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo;

VI - Praticar qualquer ato que ultrapassa os limites de sua competência ou que lese patentemente, dispositivos estatutários.

Parágrafo único - Para que se configure qualquer dos delitos desse artigo é necessário que o agente tenha cometido dolosamente a ação julgada pela comissão.

Art. 26 Ficam cominadas a qualquer dos delitos do artigo anterior, cumulativamente, as penas de distribuição do cargo e inabilitação para qualquer outro cargo do Movimento Estudantil do campus.

Art. 27 A denúncia deverá ser instituída com documento que a comprovem ou, na impossibilidade de comprovação destes, na indicação de como possam ser obtidos.

Art. 28 A denúncia será dirigida à mesa do Conselho de Representantes e ao Diretório Central dos Estudantes, que no prazo de 48 horas após o recebimento, convocará uma reunião extraordinária para conhecimento da mesma e início das diligências necessárias.

Art. 29 Declarada a procedência da denúncia, o Conselho de Representantes determinará a suspensão imediata do(a) denunciado(a) ou denunciados(as) de suas funções.

Art. 30 O Conselho de Representantes junto ao Diretório Central dos Estudantes em sua diligência, ouvirá obrigatoriamente o(a) denunciante, o(a) denunciado, as testemunhas arroladas pelas partes, que se julgue convenientes para melhor esclarecimento dos fatos.

Art. 31 Assegura-se ao(à) denunciante e ao(à) denunciado(a), durante todo tempo das diligências a apresentação, por si ou por procurador(a) de quaisquer provas, bem como a inquirição das testemunhas ouvidas, por intermédio do Conselho de representantes e do DCE.

Art. 32 O Conselho junto ao DCE disporá de 15 dias para a formação de processo e convocação da sessão de julgamento.

Art. 33 Em caso de substituição de algum membro, um novo membro deve ser avaliado pelo Conselho dos Representantes e a gestão em exercício.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES.

Art. 34 O sistema eleitoral obedecerá ao regulamento eleitoral, respeitadas as normas aqui fixadas.

Art. 35 O preenchimento de todos os cargos da gestão será feito por meio de eleição direta e secreta dos(as) Estudantes do Curso de Ciência da Computação da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana, nos termos do presente estatuto

Art. 36 A eleição deverá ser dirigida e organizada por uma Comissão eleitoral, formada por no mínimo dois membros discentes do curso em convocação e dois membros do Diretório Central dos Estudantes, os quais devem se dispor espontaneamente em assembleia geral, a qual deverá:

- I - Definir e publicar o calendário eleitoral;
- II - Receber, homologar e divulgar as chapas concorrentes à Gestão;
- III - Receber e averiguar possíveis denúncias relacionadas ao processo eleitoral;
- IV - Acompanhar as eleições, contabilizar os votos, divulgar o resultado provisório e homologar o resultado final
- V - Não poderá pertencer a alguma chapa inscrita

Art. 37 - O mandato de cada gestão é de 1 ano.

Parágrafo único: Caso no processo eleitoral não haja inscrições de chapa, a assembleia geral definirá quem ficará a frente da gestão.

Art. 38 A eleição deverá ser realizada na segunda quinzena do segundo mês do início do ano letivo sendo a data definida pela gestão atuante.

Parágrafo único: Quando nenhum centro acadêmico estiver formado o processo eleitoral e as datas definidas estarão em aberto, e as eleições podem ser realizadas no período de 2 dias após primeira assembleia convocada pelo DCE, a Gestão eleita nesse cenário atuará por um ano a partir da data do resultado das eleições mais quantos dias forem necessários para a data estipulada do Art.37 segundo mês do início do ano letivo.

Art. 39 A inscrição de chapas deverá ser aberta aos interessados a partir da divulgação das eleições (com finalização mínima de um dia antes das realização das eleições), A homologação da chapa só se realizará quando seguindo as seguintes deliberações.

- § 1º Qualquer estudante regularmente matriculado(a) no curso de Ciência da Computação da Unespar - Campus Apucarana, poderá ser membro de uma chapa inscrita para concorrer a gestão do CACCOMP.
- § 2º As chapas deverão aceitar os termos deste Estatuto para administração do Centro

Acadêmico, assinando um termo de compromisso quando de seu registro.

§ 3º Cada Chapa deverá ter, no mínimo, dois integrantes, no máximo quatorze, a fim de preencher os requisitos deste estatuto.

Art. 40 As chapas concorrentes deverão apresentar a proposta de plataforma de trabalho no momento da inscrição.

Art. 41 A votação irá acontecer nas dependências do DCE, sendo que o horário para votação será definido pela comissão de eleição.

Parágrafo único: Todas as cédulas de votação deverão ser carimbadas ou assinadas pelos mesários(as)

Art. 42 A apuração dos votos deverá ser realizada imediatamente após o término da votação.

Art. 43 A mesa de votação será composta, no mínimo por:

I - Dois membros do diretório Central dos Estudantes

II - Um membro matriculado no curso de Ciência da Computação

Art. 44 A divulgação do resultado provisório será feito imediatamente após operação das urnas

Parágrafo único: Em caso de chapa única e com o número maior que 50% dos votos computados sendo nulos, ainda assim a gestão será eleita

Art. 45 Qualquer demanda em relação a possíveis irregularidades durante o processo eleitoral deverá ser protocolada para a Comissão Eleitoral, que tomará as providências e, se necessário, convocará a assembleia geral para deliberar sobre.

Art. 46 A Gestão que finaliza o exercício deve, obrigatoriamente disponibilizar o Relatório Geral de sua gestão para Gestão eleito

Art. 47 A dissolução da Entidade só poderá ser decidida em Assembleia Geral convocada com os mesmos mecanismos da assembleia estatuinte, lavrando-se ata de extinção, que será encaminhada ao Cartório onde a Entidade foi legalmente registrada.

Parágrafo único: Os patrimônios do CACCOMP após sua extinção passar a pertencer ao DCE da UNESPAR Campus Apucarana.

Art. 48 Fica consignado que os(as) filiados(as) ao Centro Acadêmico não respondem subsidiariamente pela Entidade

Art. 49 Tendo sido aprovado em Assembleia Geral do curso, com a presença de seis o presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação. A responsabilidade de tomar as providências necessárias para o registro civil da entidade é da gestão vigente, valendo-se do Estatuto Geral.

APUCARANA, 09 DE FEVEREIRO DE 2023